

# REFLEXÕES SOBRE A ORIGEM DA CRISE AGRÁRIA NO NORTE DO PARANÁ<sup>1</sup>

ELPÍDIO SERRA<sup>2</sup>

**RESUMO:** No presente trabalho procura-se resgatar os problemas e os processos históricos que justificam a crise agrária no Norte do Paraná, valorizando dois pontos principais: a ocupação pioneira da terra agrícola e a modernização da agricultura regional, a partir dos anos 70.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma Agrária, modernização da agricultura, colonização, conflitos rurais.

## REFLECTIONS ON THE ORIGIN OF THE AGRARIAN CRISIS IN THE NORTH OF PARANÁ

**ABSTRACT:** In the present work it tries to rescue the problems and historical processes that justify the agrarian crisis in the North of Paraná, valuing two main points: the pioneering occupation of the agricultural earth and the modernization of the regional agriculture, starting from the seventies.

**KEY WORDS:** land reform, modernization of the agriculture, colonization, rural conflicts.

### 1. INTRODUÇÃO

A preocupação no desenvolvimento do presente trabalho é evidenciar as formas como se deu o processo de repartição da terra agrícola no Paraná na fase da ocupação pioneira, as transformações ocorridas no espaço agrário paranaense após o esgotamento do estoque de terras devolutas e, interligadas a estas questões, as diferentes formas de conflitos rurais originadas, quer a partir das distorções na fase da ocupação pioneira, quer na etapa posterior, quando da modernização da agricultura, como consequência do avanço e consolidação do capitalismo no campo.

Inserir a questão dos conflitos rurais no mesmo estudo em que se aborda as questões da organização do espaço agrário pioneiro e das transformações modernizadoras da atividade agrícola se justificam diante do fato de que, no Paraná, a luta no campo não é recente, acompanhou e fez parte de todo o processo histórico da organização e reorganização do espaço agrário, embora assumindo diferentes formas e níveis de intensidade no decorrer dos tempos. Ou seja: a luta que atualmente se desenvolve no campo, objetivando conquistas em termos de Reforma Agrária, deriva de processos nem sempre imediatos, em alguns casos motivados por erros cometidos ainda nos primórdios da ocupação pioneira. O que se teve no Paraná, na prática, foi o processo de construção da estrutura sendo acompanhado de perto por um processo de contestação, ora aparente e ora camuflado, mas nunca deixando de existir, em que pequenos produtores rurais, marginalizados do acesso à terra, passam a questionar, de início a forma como vinha se desenvolvendo a repartição dessa terra, via de regra em benefício de alguns poucos e privilegiados segmentos sociais e em seguida, já organizados, evoluindo para questões mais

<sup>1</sup> Parte de relatório preliminar de pesquisa encaminhado ao CNPq em 1999.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Geografia – Universidade Estadual de Maringá.

complexas, envolvendo relações de trabalho e de produção, até chegar, enfim, à luta pela Reforma Agrária.

Na luta pela Reforma Agrária, os trabalhadores passam a ser personagens de uma série de mudanças políticas, sociais, econômicas e fundiárias que se processam no espaço agrário paranaense, particularmente na região do Norte, a partir dos anos 80 e que são estudadas no presente trabalho em duas dimensões: a dimensão macro, envolvendo questões maiores, de âmbito geral, e a dimensão micro, envolvendo a problemática dos assentamentos rurais, forma representativa da Reforma.

Neste relatório preliminar, a preocupação é trabalhar com as questões gerais, ou seja, a visão macro da organização espacial, afinilando para a reforma Agrária e os movimentos organizados de trabalhadores rurais, ficando para uma etapa posterior as questões ligadas aos assentamentos rurais.

Tanto para o desenvolvimento da primeira, quanto da segunda etapas, a metodologia adotada envolveu levantamentos bibliográficos e entrevistas, sendo ainda aplicados questionários que vão ilustrar apenas a segunda parte do trabalho.

## 2. OS PRIMEIROS PROCESSOS DE OCUPAÇÃO

É importante observar que o avanço das frentes pioneiras, uma vez ocorrendo em períodos e em espaços de características diferentes acabaram por incorporar, a partir do regime de sesmarias, diferentes mecanismos de apropriação da terra, de certa forma refletindo as condições e os interesses políticos que prevaleceram nos momentos em que se deu a ocupação.

Dentro desta ótica de raciocínio, os movimentos expansionistas ocorridos no Paraná antes da década de 30 vão marcar-se, na sua fase inicial, pela transferência da forma pública para a forma particular de apropriação da terra privilegiando, de um lado a grande propriedade e de outro lado, na condição de grandes proprietários, elementos vinculados a uma reduzida faixa da população, justamente a que melhor se relacionava com o poder político dominante. Há um momento, entretanto, que esta estrutura agrária, construída com base na grande propriedade (leia-se sesmarias) sofre um processo de desagregação calcado nos interesses maiores do poder dominante (importação de trabalhadores livres para substituir o trabalhador escravo nas lavouras de exportação) e com isso é aberto no Paraná espaço para a afirmação da pequena propriedade, destinada a outra categoria privilegiada: o agricultor estrangeiro. O agricultor brasileiro teria assim que continuar um pouco mais de tempo na fila de espera.

No período pós 1930, o Estado passa a perseguir duas metas em relação à estrutura fundiária em andamento: de um lado desenvolve trabalho de recuperação das terras desviadas, basicamente através de grilos e concessões fraudulentas e, de outro lado, incrementa o processo de colonização que passa a criar um novo desenho para o espaço agrário a partir de então.

O processo de apropriação irregular, quer através de concessões fraudulentas, quer através de grilos, havia se constituído em poderoso suporte para a formação e afirmação de uma oligarquia agrária em plenas condições de participar diretamente do poder político dominante, ou de medir forças com êle. A partir de 30, no entanto, a resistência desse poder paralelo ao Estado começa a minar, contribuindo para isso os efeitos da crise econômica de 1929, que debilitou a classe dominante em praticamente o mundo todo e os efeitos da Revolução de 30 no Brasil,

que ao imprimir nova ordem institucional no País originou as condições políticas necessárias para a adoção de medidas de impacto tendo em vista a reversão do quadro de apropriação da terra no Paraná. Ao retomar as terras desviadas, o Estado passou a ter condições de estabelecer nova ordem na ocupação do espaço, tendo a colonização como processo básico. A colonização, a propósito, é que marcaria a partir daí e até o esgotamento das frentes pioneiras, nos anos 60, os processos de repartição e de apropriação da terra agrícola no Paraná.

No processo de colonização, o Estado passa a se relacionar com grupos empresariais privados nacionais e estrangeiros, encarregados de desenhar a nova estrutura fundiária. As empresas colonizadoras, via de regra, para serem bem sucedidas em seus empreendimentos, passam a atrelar o processo de venda dos lotes a uma motivação econômica, sempre representada por alternativas de exploração e uso da terra agrícola. No caso da região Norte, por exemplo, a principal colonizadora, Companhia de Terras Norte do Paraná, associou a comercialização da terra repartida com o sucesso das lavouras cafeeiras e a velocidade de seu deslocamento a partir da frente de expansão, na época estacionada a Oeste do Estado de São Paulo. De maneira geral, portanto, as empresas loteadoras, para serem bem sucedidas, sincronizavam a mercantilização da terra com seu potencial uso econômico. Além disso, para agilizar a venda dos lotes, simultaneamente à comercialização da terra providenciavam as denominadas “obrigações sociais” em termos de construção de estradas ligando os loteamentos aos centros urbanos próximos, montagem de sistemas de crédito, de comercialização de safras etc., além de outras obrigações voltadas à segurança e ao bem-estar social dos compradores, passando pela garantia do acesso à terra sem problemas com posseiros, grileiros ou indígenas.

Algumas empresas, caso da Companhia de Terras Norte do Paraná, assumiram de fato o elenco de obrigações e como resultado foram bem sucedidas em seus empreendimentos imobiliários. Outras, no entanto, fracassaram e tiveram suas áreas retomadas pelo Estado.

No caso do loteamento da CTNP, o sucesso dependeu, em grande parte, das estratégias utilizadas pela loteadora, no que se refere à localização das cidades, uso da terra e sua dimensão. Publicação divulgada pela empresa, a propósito, revela:

“As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciadas de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades quanto nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes, de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para o ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de mil e quinhentos pés por alqueire. Na parte baixa, construiria sua casa, plantaria sua horta, criaria seus animais para consumo próprio, formaria seu pequeno pomar. Água seria obtida no ribeirão ou poços de boa vazão. As casas de vários lotes contíguos,

alinhados nas margens dos cursos d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita de café" (CMNP, 1975:76).

Como resultado da estratégia utilizada, da qualidade das terras apropriadas à cultura do café e do valor que o produto atingia no mercado externo, "até 1943, a Companhia de Terras Norte do Paraná vendera cerca de 117 mil alqueires. Dez anos depois, em 1953, haviam sido vendidos 400 mil alqueires, divididos em cerca de 26 mil lotes agrícolas, cuja área média era de 15 alqueires. Nesse mesmo ano, em média, quatro famílias estavam localizadas em cada lote, ou seja, cerca de 100 mil famílias na área rural colonizada pela Companhia" (WESTPHALEN, 1968:19).

Quanto ao preço de venda dos lotes, no loteamento de 515 mil alqueires, o correspondente a um milhão e trezentos mil hectares, a Companhia adquiriu suas terras a baixos preços do Governo do Estado e, assim, teve condições de também vender a baixos preços e obter grandes lucros. Ela "adquiriu suas glebas do governo do Estado à razão de 20 mil réis por alqueire paulista, em 1925. Quinze anos depois, em 1940, ela os vendia à razão de 500 mil réis. Uma década depois, 1950, o preço por alqueire não ia além dos dez mil cruzeiros, ou seja, cerca de quinze vezes o salário mínimo fixado para a região norte-paranaense e oito vezes o estabelecido para a cidade de São Paulo. Assim sendo, uma pessoa que adquirisse, em 1950, um lote de três alqueires, por 30 mil cruzeiros, poderia pagá-lo em 48 prestações, o que significava pouco mais de um salário mínimo por mês" (PADIS, 1981:106).

Significa isso, levando em consideração o loteamento da Companhia de Terras Norte do Paraná, que houve condição de acesso à terra, na época da ocupação pioneira, por parte de populações de baixa renda. Tendo a compra do lote facilitada, os pequenos proprietários afluíram para a região em grande escala, o que pesou significativamente para a rapidez com que se desenvolveram os processos de ocupação humana e de desenvolvimento econômico na Região.

### 3. AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DEPOIS DOS ANOS 60

Enquanto, particularmente na região Norte, havia terra disponível para colonização nas frentes pioneiras, apesar das frentes tradicionalmente se marcarem como espaços de violência no Paraná, o Estado dispunha de uma poderosa válvula de escape que lhe possibilitava manter sob controle eventuais períodos de tensão social no campo. O desemprego em épocas de crises nas lavouras e desequilíbrios na distribuição da população rural no território, que levavam algumas regiões a ficarem mais saturadas que outras, eram problemas, por exemplo, que o Estado tinha como resolver, simplesmente executando ou autorizando a iniciativa privada a executar projetos de colonização nas frentes pioneiras. As populações excedentes ou marginalizadas do acesso à terra eram então persuadidas a aventurar rumo às frentes de colonização pela possibilidade de se tornarem proprietárias rurais.

Esse trunfo político, no entanto, escapa das mãos do Estado quando se esgotam as terras devolutas e quando a fronteira econômica alcança a fronteira política. O Estado vai, gradativamente, perdendo o controle sobre os deslocamentos populacionais e sobre os negócios de terra, que passam a seguir as

leis do mercado imobiliário. Como resultado direto, as populações que não haviam ainda adquirido o acesso à terra, vêem suas chances bastante reduzidas, ainda mais levando em conta que a simples diminuição da oferta de áreas virgens, levou à valorização das áreas já ocupadas ou já apropriadas.

Dois tendências, a esta altura, se delineiam e vão marcar o processo de ocupação e exploração da terra agrícola dos anos 60 em diante: uma, patrocinada pela classe empresarial emergente no campo que opta em fazer investimentos na lavoura, reinvestindo na terra o lucro de sua exploração agrícola, o que em última análise se reflete na melhoria da quantidade e da qualidade da colheita; outra, patrocinada pela classe latifundiária tradicional, que opta em continuar investindo em terras, geralmente ampliando os limites horizontais da propriedade, neste caso passando a incorporar terras de terceiros, o que vai se refletir no primeiro processo de concentração fundiária no novo período. Em função destas duas tendências, duas classes começam, efetivamente, a se definir a partir de então no Paraná: uma constituída de proprietários de terras, na condição de empresários rurais ou na condição de latifundiários; outra constituída de empregados rurais, com pouca ou nenhuma chance de atingir ou recuperar a posse da terra.

A categoria dos proprietários rurais, com a crescente monopolização da propriedade da terra, quer em função do interesse de expandir os limites da área pioneira, quer em função do interesse de tirar o máximo aproveitamento econômico da terra, começa a abalar o modelo de ocupação planejada voltado à pequena propriedade e ao trabalho familiar que chegou a predominar, por exemplo, em toda a zona cafeeira paranaense, particularmente na extensa área loteada pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Como resultado, volta a se manifestar a estrutura fundiária altamente concentrada que predominou nas regiões do Paraná Antigo antes da década de 30 e que foi abrandada a partir do modelo de repartição fundiária posto em prática depois desse período nas novas frentes de expansão, em função dos projetos de colonização.

Paralelamente, o interesse político do Estado de manter o homem no campo produzindo para sua subsistência e vendendo o excedente, entra em choque com o interesse econômico do próprio Estado e do empresariado rural, de fazer a agricultura trilhar o caminho do desenvolvimento, produzindo para o mercado. O choque torna-se inevitável à medida que o novo modelo passa pelo fortalecimento da categoria dos proprietários rurais, pela transformação da estrutura agrária e por profundas mudanças nas relações de trabalho e de produção até então vigentes, ou seja, rompe com a agricultura tradicional geradora de mão-de-obra e por isso mesmo alimentadora do “colchão de ar” que evitava ou atenuava os impactos da tensão social no campo.

A categoria dos trabalhadores rurais, com pouca ou nenhuma terra, não teve como reagir ou tirar algum proveito das transformações que se processavam no espaço agrário paranaense. Em vista disso, em nome do capitalismo no campo, que não sabia exatamente do que se tratava, acabou sendo despojada, em primeiro lugar da terra que desbravou e tornou produtiva e, em seguida, de sua própria força de trabalho, apropriada pelo capitalista junto com o monopólio da propriedade da terra. Opera-se desse modo no Paraná o que MARTINS (1982:54) chamou de “instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas”, o que, segundo o autor, constitui “a primeira condição e o primeiro passo para que se

instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a autoridade dos seus instrumentos de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos”.

Tal transformação faz com que no Paraná o espaço agrícola se transforme em fator de expulsão de mão-de-obra, já nos primeiros anos da década de 60, quando começa a desagregar a pequena unidade de produção familiar. “Seria ingênuo atribuir às condições de trabalho no contexto da pequena produção pré-capitalista, conotações de estabilidade e fartura. No entanto, não há dúvida de que a pequena produção familiar era, de longe, a maior fonte de emprego e de renda para a população rural. Assim, a desestruturação sistemática dessa categoria pela capitalização do campo provocou um descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho rural e o crescimento das oportunidades de trabalho no campo” (MARTINE, 1987:61).

Com a ocorrência da desestruturação e a conseqüente quebra no ritmo de oferta de trabalho, os trabalhadores desempregados no campo são levados a abrir novas frentes de luta, em busca da garantia de sua sobrevivência. Algumas alternativas que passam a adotar:

1) Como já haviam feito antes, quando desbravaram as terras virgens do Paraná, ir de encontro às novas frentes pioneiras que se formavam distantes do território paranaense, basicamente em Mato Grosso, Rondônia, Acre e Paraguai, para onde se dirigiram em grande quantidade a fim de reiniciar a tarefa do desbravamento e novamente tentarem se fixar na terra. O resultado desse deslocamento é que o Paraná, que tradicionalmente havia se caracterizado como polo absorvedor de populações, passa a ser dispersor a ponto de, no Censo Demográfico de 1980, com uma população recenseada de 7.629.392 habitantes, acusar uma taxa de crescimento populacional de apenas 0,94%, a segunda menor do País, perdendo apenas para Roraima, que registrou no período o índice de 0,22%. Em sentido contrário, as mesmas regiões para onde se estabeleceram as correntes migratórias a partir do Paraná, caso do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, tiveram as maiores taxas de crescimento populacional no período. “A fronteira paranaense se beneficiou de condições excepcionais e, teoricamente, deveria ter gerado uma região próspera, capaz de absorver e manter grandes contingentes de mão-de-obra rural. Isso ocorreu, de fato, durante mais de 30 anos. Mas as taxas de crescimento do Paraná – que haviam se mantido em torno de 6,0% a.a durante o período 1940-70, devido à forte imigração de destino rural – caiu drasticamente para 0,94% a.a durante a década de 70. Mais importante é o fato de que a população rural do Paraná teve um crescimento negativo de -3,5% a.a nesta década. Isto constituiu a reversão mais abrupta já observada no Brasil; partindo da condição de foco mais importante de atração, as áreas rurais do Paraná passaram de repente a ser os maiores fornecedores de emigrantes do País” (MARTINE, 1987:75).

2) Tentar ganhar a vida como trabalhador volante ou “bóia fria”, morando nas periferias dos espaços urbanos e mantendo precários vínculos com a lavoura. O que conseguiram, com esta alternativa, foi engrossar as fileiras dos “exércitos de reserva” aquartelados nos chamados “bolsões da miséria” que se formaram no entorno das cidades paranaenses.

3) Permanecer no próprio campo e disputar o agora minguado mercado de trabalho nas lavouras capitalistas, sujeitando-se a um nível de remuneração tão baixo que mal passou a permitir a sua reprodução como força de trabalho.

Em linhas gerais, quer mantendo-se no mesmo espaço, quer migrando para outras esferas, o trabalhador rural foi, ao lado do pequeno produtor familiar independente, o que pagou o preço mais alto pelas transformações que se processaram na estrutura agrária paranaense. Com a expansão da agricultura de bases capitalistas e com o crescente desaparecimento da propriedade familiar, justamente a que detinha maiores contingentes de mão-de-obra empregada no campo, o trabalhador passou a sofrer um processo de violência que embora diferente daquele que havia sofrido quando lutava corpo-a-corpo com os grileiros de terra e as companhias colonizadoras, nas frentes pioneiras, não era menos doloroso. E é desse novo processo de violência, que vai surgir a essência da nova crise agrária no Paraná que, por sua vez, vai alimentar um novo sentido de luta no campo.

Esse novo sentido vai ocorrer à medida que as transformações do espaço agrário tenderam a expulsar o trabalhador e a tornar mais seletiva a posse e o uso econômico da terra, diferenciando, neste particular, em relação ao processo anterior, ocorrido nos anos 40 e 50, em que a luta foi marcada, não pela falta, mas pela ocupação irregular da terra. Por outro lado, há que se considerar que o esgotamento das áreas devolutas nas frentes pioneiras vai se constituir no elo de ligação entre a primeira e a segunda fases de conflitos, ou seja, quando não há mais terras disponíveis e a estrutura fundiária se completa, desaparece uma forma de luta e imediatamente aparece outra, bem mais complexa.

Como fatores que levaram às transformações, contribuindo para a expulsão de trabalhadores do campo, destacam-se, pela ordem de sua ocorrência:

1) A erradicação de cafeeiros financiada pelo Governo Federal através do programa IBC-GERCA, a partir de 1962. De acordo com relatórios oficiais, divulgados pelos executores do programa, foram erradicados no Paraná 249.957.000 pés de café no período de junho de 1962 a maio de 1967, resultando no desemprego imediato de 58.000 famílias, ou 290.000 trabalhadores. Um ano depois, o número de famílias desempregadas se elevava para 90.000 e o número de trabalhadores para 450.000 (IBC-GERCA/DAC, 1967:32).

2) A implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. A nova legislação trabalhista, que proporcionou aos trabalhadores do campo direitos idênticos aos desfrutados na época pelos trabalhadores urbanos (férias remuneradas, décimo terceiro salário, descanso semanal etc.) deu aos proprietários rurais mais atrasados, ou menos preparados para absorver o avanço da legislação, ou em dificuldades financeiras, a oportunidade de se livrarem de seus empregados. Para "ocupar" o lugar dos trabalhadores demitidos, é intensificada a compra de máquinas agrícolas, principalmente tratores. Como resultado, a frota de tratores, que era de 5.181 unidades em 1960, se eleva para 18.619 unidades dez anos depois, incremento da ordem de 259% (IBGE, 1960 e 1985).

3) As fortes geadas, que atingiram as lavouras cafeeiras em 1969, 1972 e 1975. A economia paranaense, particularmente da região Norte, estruturada em função da cafeicultura, já havia sofrido duros golpes com as geadas de 1953 e 1955, que deixaram danos acima de 50% como quebra de safras. As geadas seguintes, no entanto, produziram danos ainda maiores, principalmente a de 1975, que dizimou totalmente o parque cafeeiro do Estado, localizado na região Norte, e que totalizava 915 milhões de covas.

4) A modernização da agricultura, a partir de 1975, que veio completar a fase de transformações que se processavam no espaço agrário regional. Embora, na

prática, tenha começado antes, ainda na década de 60 quando ao se completar o processo de ocupação das terras agrícolas, parcela significativa de proprietários rurais opta por desenvolver lavouras de café mais intensivas de capital, é na década de 70, basicamente depois das geadas de 1975, que o processo de modernização é intensificado. Em poucos anos, o que significa antes de se completar a década de 70, a modernização fez surgir, no lugar da agricultura tradicional dependente do trabalho familiar, uma agricultura dependente do capital; no lugar da pequena propriedade que produzia para a subsistência dos seus trabalhadores, a grande empresa agropecuária produzindo para o mercado; no lugar do trabalho sem pressa nas lavouras de café, a produtividade ou a intensidade do próprio trabalho, levando neste aspecto ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

#### 4. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

Antes de se entrar no mérito da questão modernizadora da agricultura no Estado e, particularmente, na região Norte, bem como de suas conseqüências sociais, principalmente em termos de concentração da posse e uso da terra, de expulsão de trabalhadores, de danos ambientais e, paralelamente, em termos de elevação dos índices de rendimento da terra agrícola, é válido destacar que o novo modelo, que coloca a agricultura paranaense sob o comando do capital financeiro e do capital industrial, é parte integrante de um pacote tecnológico, denominado "Revolução Verde", importado dos Estados Unidos na década de 50 pelo governo brasileiro. Portanto, não há como negar que o processo de modernização não aconteceu por acaso, nem foi produto de circunstâncias ou de decisões políticas internas, embora o ambiente e o momento tenham sido favoráveis por causa das geadas de 1975, mas foi resultado de níveis de interesse mais amplos, ligados às esferas nacional e internacional.

O "pacote", importado nos anos 50, ganha nos anos 60 corpo e forma. A partir de 1964, o novo modelo passa a sustentar a ideologia da modernização conservadora do campo, adotada pelo regime militar. Durante o período do "milagre brasileiro", da segunda metade da década de 60 em diante, a modernização conservadora ganha impulso graças a uma política de créditos subsidiados destinados à compra de máquinas agrícolas, insumos e sementes selecionadas, que melhorariam o rendimento das lavouras, tornando-as, agora sim, essencialmente capitalistas. Na década de 70, ocorre a profunda integração do setor agrícola com outros setores da economia, particularmente os setores fornecedores de máquinas, insumos e sementes, constituindo as bases do CAI - Complexo Agroindustrial, definido como "conjunto dos processos tecno-econômicos e sociais ligados à produção agrícola, ao beneficiamento e sua transformação, à produção de bens industriais para a agricultura e aos serviços financeiros e comerciais correspondentes ..." (MULLER, 1982:81).

Como característica, o CAI vai se manter no Paraná em função de um profundo grau de interdependência, de um lado entre seus componentes básicos - o comércio, a indústria e a agricultura - e de outro lado entre tais componentes e o sistema financeiro e o Estado, como agente que passa a direcionar, mediante política de créditos subsidiados, o setor produtivo de base agrícola. A conseqüência é que os níveis de intervenção do Estado, que até então se mantinham em função de alguns produtos agrícolas isolados, caso do café em função do IBC - Instituto Brasileiro do

Café, passa através do CAI para o conjunto da economia afunilada para a agroindustrialização.

Sob a ótica da consolidação do capitalismo no campo, o processo de modernização produziu resultados altamente positivos, tanto no Paraná como nas demais regiões brasileiras onde foi implantado. Sob a ótica dos impactos sociais que gerou, no entanto, os resultados foram adversos.

Vale observar que em países desenvolvidos, caso dos Estados Unidos, de onde o Brasil importou o "pacote" da modernização, as transformações no campo aconteceram gradualmente e com isso os impactos foram minimizados. Os Estados Unidos, a propósito, iniciaram a modernização na década de 20 para consolidar na década de 70, enquanto o Brasil, que deu início ao processo trinta anos depois, optou pelo tratamento de choque, para consolidar o novo modelo, em parte de seu território, em cerca de apenas 20 anos. A conta da pressa, no campo social, quem pagou foi o trabalhador rural.

Se no contexto da agricultura brasileira as mudanças, ocorrendo em 20 anos, produziram impactos, o que não dizer a nível de Paraná, onde as transformações não demoraram mais que 5 anos? Vale lembrar que somente depois das geadas de 1975, quando os cafeeiros destruídos foram erradicados liberando espaços para novos cultivos, é que o processo de modernização começou de fato no Estado, para ser consolidado na virada da década de 70 para a década de 80. Antes disso, como foi citado anteriormente, o que existiam eram apenas indícios isolados da modernização posta em prática pela classe empresarial emergente, mas sem apoio mais amplo por parte do Governo. E sendo indícios isolados, não eram representativos no conjunto da economia agrícola.

Com o advento dos novos cultivos, basicamente as lavouras mecanizadas de soja e trigo e as pastagens plantadas, em substituição às pastagens naturais e às lavouras de café, que predominavam principalmente na região Norte é que, frise-se, ocorre efetivamente a modernização da agricultura no Paraná. A esta altura, estando o processo já quase que consolidado, por exemplo, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, Estados que tomaram a dianteira da onda modernizadora, o Paraná teve condições de transplantar para seu espaço agrário as inovações que deram certo e abrir mão das que não deram certo, suplantando assim a fase de experiências internas. Tal fato ajuda a explicar a velocidade com que o setor agrícola paranaense integrou-se à modernização em relação ao tempo gasto pelo setor agrícola paulista e gaúcho, onde as transformações começaram antes.

Por outro lado, assim como o Paraná modernizou sua agricultura na esteira do processo já em fase adiantada em outros Estados, dentro de seu espaço agrário interno algumas regiões também vão inovar na esteira de outras. Ou seja: o processo interno de modernização no Paraná não foi uniforme, abrangendo a um mesmo tempo e com a mesma velocidade todas as regiões agrícolas. As desigualdades regionais em termos de absorção e de respostas às inovações tecnológicas vão estar diretamente ligadas, em primeiro lugar às condições naturais, caso do clima e do relevo, e ao processo histórico em que se deu a ocupação pioneira e, em segundo lugar, à dinâmica política e econômica e à estrutura fundiária que vão caracterizar os compartimentos regionais, tornando-os mais ou menos suscetíveis às inovações.

Isto, de certa forma, vai explicar, por exemplo, o contraste em termos de desenvolvimento econômico entre os setores agrícolas da Grande Região

Norte e do Paraná Antigo. O fato da face Norte do Paraná "ter sido ocupada por produtores com interesses mercantis, através de uma atividade ligada ao polo dinâmico da economia brasileira – São Paulo – gerou um forte potencial de acumulação entre os produtores rurais e uma infra-estrutura produtiva moderna ..." (FLEISCHFRESSER, 1987:7), o que a colocou logo de início em posição de vantagem em relação à região do Paraná Antigo, que teve sua ocupação pioneira voltada ao tropeirismo e às atividades extrativistas, tendo ainda predominado na sua estrutura fundiária os latifúndios improdutivos, herança histórica do regime de sesmarias.

## 5. A EXPULSÃO E A EXPROPRIAÇÃO DE TRABALHADORES

Nem havia começado direito o processo de modernização e GRAZIANO DA SILVA (1978:32) constatava, na década de 70, que a "propriedade da terra no Paraná encontra-se submetida a um grau de concentração considerado muito forte" e que "não obstante isso, a dinâmica das condições de acesso à terra, ou seja, de sua posse, indicam uma tendência de aumento desse grau de concentração através da expropriação dos pequenos produtores que têm uma precária condição de acesso à terra, quais sejam, os parceiros, arrendatários, pequenos posseiros e pequenos proprietários. E são justamente esses pequenos produtores expropriados de ontem que são os bóias-frias de hoje ou os migrantes em busca de novo eldorado em Rondônia e Acre".

Assim, considerando que a revelação do autor foi publicada em 1978, com base nos dados do Censo Agropecuário de 1975, retratando, portanto, uma situação anterior esse período, o que vale dizer anterior às transformações provocadas pelas geadas que destruíram o parque cafeeiro paranaense e levaram os agricultores a optarem por novas formas de cultivo, tem-se como certo que outros fatores já vinham atuando no âmbito do espaço agrário, com força suficiente para levar à expropriação e posterior expulsão de trabalhadores e a radicais mudanças nas relações de trabalho e de produção até então vigentes. Com efeito, segundo GONZALES e BASTOS (1979:41), "na região de Maringá constatamos que, de abril a junho de 1973, foram dissolvidos, em Juízo, mais de mil contratos de parceria de café. Além do mais, dados o processo de inflação e as condições de mercado, o pagamento do trabalho em espécie não é mais compensador. É mais lucrativo pagar um salário em dinheiro que, a cada dia vale menos, do que entregar produtos que se valorizam".

As transformações, tanto no que se refere à concentração da propriedade e uso da terra, quanto às relações de trabalho e de produção, com reflexos em termos de expropriação e expulsão de trabalhadores, haviam de fato começado bem antes das geadas, sendo no entanto intensificadas depois, a ponto de o ano de 1975 poder ser considerado, efetivamente, o divisor de águas, o que separou a velha e a nova fases da problemática agrária paranaense. As primeiras manifestações de mudança vão ocorrer logo que a atividade cafeeira entra em crise, já na virada da década de 60 para a década de 70, quando ocorre o processo de desarticulação dessa economia agrícola.

A propósito, antecipando-se ao desfecho da fase crítica do café e de certa forma procurando minimizar seus efeitos junto à classe produtora, as próprias cooperativas de cafeicultores já vinham, bem antes de 1975, preparando seus associados para o desenvolvimento de novas práticas agrícolas, de menores riscos em uma região sujeita a geadas constantes. A COCAMAR – Cooperativa de

Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá, é exemplo disso: no final dos anos 60 estimula seus associados a diversificarem suas lavouras, surgindo então o algodão como nova alternativa econômica em sua área de atuação no início dos anos 70; quando a soja mal começava a penetrar no espaço agrário paranaense, na época como cultura intercalar ao café, constrói o primeiro armazém graneleiro do Norte do Paraná para estocar o produto, com capacidade para 30 mil toneladas de grãos; em 1975, quando acontecem as geadas e quando enfim as lavouras de café sofrem seu duro golpe de misericórdia, a Cooperativa já estava estruturada para receber, armazenar e comercializar o novo produto agrícola e ainda para orientar o quadro associativo quanto ao desenvolvimento de lavouras mecanizadas, incluindo, além da soja, o milho e o trigo.

Significa isso, em relação à classe produtora, que houve todo um processo anterior às transformações no campo, que se não conseguiu evitar os impactos, pelo menos ajudou a amenizar seus efeitos mais imediatos. Deve ser salientado, no entanto, que esse “treinamento” preliminar beneficiou apenas parte da classe produtora, basicamente constituída de médios e grandes produtores rurais, deixando de atingir nas mesmas proporções a categoria dos pequenos proprietários e principalmente a categoria dos trabalhadores rurais.

Como resultado, os efeitos da metamorfose ocorrida no campo se propagaram, desde seu início, de maneira desigual. E sendo desigual, serviram para acelerar o processo de diferenciação sócio-econômica entre trabalhadores e pequenos, médios e grandes proprietários que, na prática, já existia desde a época das culturas tradicionais, mas que vai ser consolidada a partir do advento das culturas mecanizadas. Vale salientar que nesse processo de diferenciação sócioeconômica, o Estado teve participação ativa na medida em que, para facilitar o desenvolvimento da nova agricultura, procurou liberar financiamentos a juros subsidiados que beneficiaram os grandes e os médios produtores, justamente os que mais teriam condições de se adaptar ao novo modelo em função da extensão de suas áreas agrícolas, em detrimento dos pequenos produtores que não tiveram, de imediato, uma alternativa econômica viável, rentável e segura para ocupar o lugar do café, e que se adaptasse à reduzida extensão de suas áreas de cultivo.

A diferenciação sócioeconômica entre os produtores-proprietários e a marginalização de um grande contingente de trabalhadores rurais, pelos impactos que produziram no contexto da estrutura fundiária, vão se constituir no lado indesejável da modernização da agricultura no Paraná.

## 6. A REAÇÃO CAMPONESA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

No começo, as distorções que aconteceram na fase da ocupação pioneira do espaço agrário; depois, as marcas sociais deixadas pela modernização da agricultura: foram fatores que, ao terem como ponto em comum a concentração da posse da terra e a expulsão ou expropriação do trabalhador rural, ora como tendência, ora como fato consumado, levaram, de um lado à reação dos trabalhadores, de outro lado à intervenção do Estado que sob pressão social é levado a tomar algumas medidas reformistas no sentido de democratizar o acesso à terra e tentar reverter o quadro de injustiças praticadas ao longo dos tempos contra o homem do campo.

A intervenção do Estado, embutindo a questão da Reforma Agrária, vai ocorrer no Paraná depois dos anos 70, embora antes esta mesma questão fizesse parte do discurso oficial. Inicialmente, ou seja, antes de ser completado o processo de ocupação pioneira, a Reforma vai aparecer como preocupação do Estado, ou em períodos de tensão social nas frentes pioneiras, ou quando a apropriação indevida da terra, nestas mesmas frentes, escapava da frágil capacidade de controle do poder político dominante. Nos tempos mais recentes, a preocupação do Estado tem se manifestado, ou quando a conjuntura nacional favorece, ou quando os movimentos de pressão atingem seus melhores níveis de organização, conseguindo assim mais facilmente acionar os mecanismos de Governo.

Portanto, sendo a década de 70 o divisor de águas quando se trata da intervenção do Estado, fica evidenciado como fato concreto que as providências tomadas pelo poder público antes e depois desse período vão ser diferentes entre si porque as preocupações que as embasaram eram também diferentes.

Nas intervenções mais recentes, por exemplo, o Estado aparece preocupado com a estrutura fundiária comprometida por uma série de distorções, que levaram à excessiva concentração da terra e ainda com focos de tensão social que se generalizavam em praticamente todo o espaço agrário; ao tentar solucionar esses problemas, não mais através da pura e simples distribuição da terra, mas da implementação da Reforma Agrária, que se daria pelo acesso à terra e também às condições para sua exploração econômica, evidenciou como metas a atingir, no campo social, o equilíbrio na relação homem-terra e a restauração da "paz agrária", o que particularmente implicava na correção de injustiças de que estava sendo vítima o trabalhador rural, despojado tanto de seu espaço de produção quanto de seus instrumentos de trabalho.

Dentro desta lógica de raciocínio a Reforma Agrária, saída basicamente dos movimentos de trabalhadores organizados, passaria a ser o veículo manobrado pelo Estado que vai lhe permitir manter um pé no freio da tensão social e outro pé no acelerador que vai determinar o avanço do capitalismo no campo. O avanço e a sobrevivência do capitalismo, metas que passariam a ser perseguidas inclusive como estratégia de desenvolvimento rural, seriam consolidadas pela via do aproveitamento econômico das terras até então improdutivas e pela via paralela do processo de acumulação. Isto levando em conta que o avanço do capitalismo e a consolidação do capital vão depender diretamente da exploração agrícola e não da especulativa concentração e manutenção da terra como reserva de valor.

Em relação aos movimentos organizados de trabalhadores rurais, deve ser destacado que importante empurrão, que levou à mobilização camponesa no Paraná, foi dado a partir da construção de usinas hidrelétricas, num primeiro momento a Usina de Salto Santiago, no rio Iguazu e posteriormente a Usina de Itaipú, na foz do rio Iguazu com o rio Paraná. A Usina Salto Santiago, ao ser concluída em 1979, deixou submersas grandes extensões de terras agrícolas na região Sudoeste, desabrigando 170 famílias de pequenos agricultores. Na época, os movimentos sociais no campo não estavam ainda organizados, o que equivale a dizer que não havia ainda organização social por parte dos desabrigados, no sentido de negociar melhores condições quanto à indenização das terras inundadas. Aproveitando-se disso a Eletrosul, responsável pelas obras da Usina, jogou para baixo o valor das indenizações.

O caso Santiago se constituiu em derrota para os agricultores, mas serviu de alerta para a importância da organização, tendo em vista o anúncio da

construção de novas usinas no Paraná, com a conseqüente repetição do processo de expulsão e de terras inundadas.

Pouco tempo depois, a propósito, a história do baixo valor das indenizações só não se repetiu nas desapropriações para a construção da usina de Itaipú porque os agricultores, cientes do que havia acontecido em Salto Santiago, resolveram se organizar e reagir contra o valor arbitrado para as terras que seriam inundadas, reivindicando preços mais justos.

Interessante observar que o fato da empresa Itaipú Binacional, responsável pela construção da Usina de Itaipu, ter demorado para abrir um canal de negociações com os agricultores, foi útil no sentido de dar tempo para aprimorar a organização camponesa. Durante os quase quatro anos de mobilização, a CPT – Comissão Pastoral da Terra, ligada às igrejas Católica e Luterana e as lideranças sindicais, como forças políticas envolvidas na questão, tiveram condições de criar e testar um conjunto de estratégias, voltadas basicamente ao que fazer e ao que não fazer nos acampamentos. Ou seja: tiveram a oportunidade de descobrir o “caminho das pedras” em termos de mobilização camponesa.

O resultado maior dessa mobilização, além da justa indenização para as terras inundadas, foi a fundação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, nascido dentro do canteiro de obras da Usina em 1984.

A fundação do MST deu novos rumos à luta camponesa, tanto no Paraná como em todo o Brasil. A estratégia que o Movimento utiliza, com algumas exceções: ocupar terras ociosas e pressionar pela sua desapropriação e implantação de assentamentos rurais, onde passam a ser alojadas, na condição de trabalhadores rurais, os camponeses expulsos do campo, tanto na época da ocupação pioneira, como nos tempos mais recentes, em função do processo de modernização da agricultura.

## 7. CONCLUSÃO

O secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Luciano Mendes de Almeida, ao prefaciar “Caminhada e Esperança da Reforma Agrária”, de Nelson Ribeiro, afirmou que o conflito agrário, nascido da questão fundiária, coloca em tensão as duas concepções de propriedade da terra: a de quem busca a sobrevivência pelo trabalho e a dos que fazem da terra um instituto sagrado de enriquecimento e poder”.

O pressuposto apresentado pelo líder religioso, encontra respostas convincentes no Paraná, tanto na fase da ocupação pioneira do espaço agrário, quanto na fase mais recente em que o espaço agrário sofre transformações a partir do processo de modernização da agricultura.

Na primeira fase o conflito vai estar relacionado com as divergências de interesses entre o pequeno possessor, elemento que de fato procurava extrair da terra as condições de sua sobrevivência, e o grileiro e intruso, elementos que tinham na apropriação o instrumento ideal para manter ou aumentar seu poderio político e econômico. O confronto entre as partes ocorria, via de regra, quando grileiros e intrusos avançavam em direção às áreas ocupadas pelos posseiros, na tentativa, quase sempre bem sucedida, de incorporá-las a seus domínios.

Para dirimir os conflitos, na tentativa de dar ordem e ter sob controle o processo de ocupação pioneira, vai aparecer o Estado que com estratégia

política para desmobilizar a luta, amplia a oferta de lotes rurais através de projetos de colonização que desenvolve diretamente ou através de empresas privadas.

É importante ressaltar que nesta fase histórica do processo de ocupação, os trabalhadores rurais lutaram, na maior parte das vezes, isolados e sem o mínimo de organização, mas sempre visando a posse da terra. Paralelamente, a ação e a função do Estado se esgotavam com a distribuição e a titulação da terra reivindicada pelos camponeses, ou seja, com o reconhecimento dos direitos sobre a terra já possuída naturalmente.

Nestes pontos, tanto a luta dos trabalhadores e seus objetivos quanto a função do Estado, vão ser diferentes na fase seguinte quando termina a ocupação pioneira e tem início o processo de modernização da agricultura. Nesta fase, os trabalhadores passam a lutar em grupos organizados, visando conquistas bem mais amplas: não mais apenas a posse da terra, como faziam antes, mas a Reforma Agrária, envolvendo tanto a terra quanto as condições para seu racional aproveitamento econômico, passando pelo bem-estar social dos agricultores beneficiados. Na contrapartida, vai competir ao Estado atender as reivindicações e, através delas, atingir os objetivos fundamentais que estabelece para a Reforma Agrária: reordenar a estrutura fundiária, democratizar o acesso à terra, corrigir distorções no aproveitamento econômico do solo agrícola e reincorporar às atividades agrícolas os trabalhadores expulsos do campo. Quer dizer: passa a haver sintonia entre os interesses do Estado e os interesses dos trabalhadores, sendo que em função desta sintonia e, logicamente, em função da pressão social desencadeada de baixo para cima, é que a Reforma Agrária passou a ser implementada.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo, 1975. (publicação comemorativa dos 50 anos da CMNP).
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contratos regionais e diferenciação social do Paraná na década de 70**. Curitiba, Livraria Chain Editora, 1988.
- GONZALES, Elbio & BASTOS, Maria Inês. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: **Capital e trabalho no campo**. São Paulo, Hucitec, 1979. p. 25-47.
- GRAZIANO DA SILVA, José. A estrutura agrária do Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, BADEP, (64):9-41, ago/set, 1978.
- IBC/GERCA-DAC. **Programa de Diversificação Econômica da Região Cafeeira, 1967** (Relatório).
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Agrícola e Agropecuários: 1960, 1970, 1975, 1980, 1985**.
- MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: **Os impactos sociais da modernização agrícola** (Coordenação: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo Coutinho). São Paulo, Caetés, 1987. p. 59-79.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**, São Paulo, Hucitec, 1981.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1970.